

ATA DA 504ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2016/2018

Aos dezessete dias do mês de fevereiro do ano dois mil e dezessete, na Sala de Reuniões do Edifício Sede, situada na Rua Boa Vista, nº 200, 1º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência do Senhor Defensor Público-Geral, Davi Eduardo Depiné Filho. Presentes os/as Conselheiros/as: Ana Paula Kayamori de Oliveira, Alexandre Orsi Netto, Fabiana Botelho Zapata, Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior, Horácio Xavier Franco Neto, Júlio Cesar Tanone, Leandro de Col Loss, Luiz Eduardo de Toledo Coelho, Octavio Ginez de Almeida Bueno e Pedro Antônio de Avellar. Representando a Apadep, Marco Christiano Chibebe Waller e Representando a Ouvidoria-Geral, Alderon Pereira da Costa. Ausente justificadamente o Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O Presidente iniciou a sessão às 09h41min, encaminhando a ata da 501ª da Sessão Ordinária para deliberação, a qual foi aprovada por unanimidade. Comunicou que, esteve em reunião, na última sexta-feira, com as entidades de classe das carreiras jurídicas do Estado, quais sejam: APMP, APADEP, APMP, APAMAGIS, APESP, AJUFESP, visando tratar da reforma previdenciária que havia sido apresentada pelo Governo Federal na Câmara dos Deputados. Relatou que, inicialmente, houve a criação de um Fórum das Carreiras de Estado de São Paulo (FOCAE), tendo como objetivo fomentar os debates sobre a reforma da previdência e, por conseguinte levar ao Congresso Nacional todos os elementos comuns às carreiras jurídicas. Nesta oportunidade, informou que estiveram presentes Procurador-Geral de Justiça de São Paulo, Gianpaolo Poggio Smanio; o Presidente do Tribunal de Justiça Militar, Silvio Hiroshi Oyama; o Procurador-Geral do Município de São Paulo, Ricardo Ferrari Nogueira; o Procurador-Geral da Justiça Militar da União, Jaime de Cassio Miranda, como também os Defensores Públicos Julio Grostein e Rafael Pitanga. Comunicou que, nesta semana, esteve em reunião com o Secretário de Estado do Planejamento e Gestão, Marcos Antonio Monteiro, juntamente com a Primeira Subdefensora-Geral, Juliana Garcia Belloque e o Coordenador Geral de Administração, Luiz Bressane, para discutir sobre o planejamento orçamentário para 2017, sendo apresentado os projetos da instituição. Nesse sentido, esclareceu que a Secretaria mantinha o discurso embasado no cenário de crise econômica. Comunicou que, na última quarta-feira, havia recebido a visita do Presidente do Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD), Fabio Tofic Simantob, havia trazido um pedido de apoio elaborado pelo órgão contendo proposta para melhorias no sistema penitenciário, as quais sejam: a) a regulamentação da audiências de custódia por meio de lei; b) a proibição da prisão preventiva para casos de tráfico privilegiado; c) a proibição de prisão preventiva para crimes sem violência ou grave ameaça com pena mínima igual ou menor a 4 anos; d) edição de resolução do Conselho Nacional de Justiça para controle de prisões provisórias e medidas cautelares, edição de súmulas vinculantes que pacifiquem entendimentos consolidados pelo STF; e, e) alterações na Lei de Execução Penal, entre outros. Noticiou a efetivação da parceria entre a Defensoria Pública, Secretaria Estadual de Saúde, Tribunal de Justiça e, demais entidades ao programa “Acessa SUS”, uma iniciativa administrativa que objetiva a redução do número de processos que tramitam na Justiça quanto a acesso a medicação, situações urgentes de atendimento e nutrição enteral. Informou que, a partir deste programa, a solução a essas demandas seguiria por resolução extrajudicial e de forma eletrônica propiciando agilidade na resposta aos pedidos. Nesse sentido, exemplificou que, na prática, o projeto contaria com guichês de atendimento pelos quais seguiriam os encaminhamentos da Capital, e reiterou que o objetivo do programa estaria no atendimento de pacientes, que teriam recebido de seu médico a receita de um outro medicamento que não fosse oferecido pelo SUS, sendo impossível a substituição por outro. Por fim, esclareceu que essa via não é obrigatória, na qual a instituição tenha que trilhar, e sim uma possibilidade que se colocava à disposição, conforme sua independência funcional e urgência de cada pedido. Após, passou-se as comunicações da Secretaria. Justificou a ausência do Conselheiro Lucio Mota em razão de férias. Em seguida, passou-se ao momento aberto. O Presidente franqueou a palavra ao primeiro inscrito, Representante do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, Mauricio Marinho Iwai. Ele prestou solidariedade aos integrantes do CAM, que consta em discussão no processo CSDP nº 542/16, e esclareceu que a nota de repúdio encartada aos autos era advinda do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), e citou que

havia a necessidade de corrigir um possível equívoco por parte do Conselho Regional de Psicologia, em apoio a Assessoria Técnica Psicossocial, pois apresentava sugestões de como realizar audiências públicas, no intuito de aprofundar a discussão juntamente aos demais setores. Em seguida, o Presidente franqueou a palavra a usuária, Sra. Maria Helena Alvim. Ela narrou seu entendimento quanto a finalidade da Defensoria Pública enquanto prestador de assessoria jurídica gratuita aos mais vulneráveis e, neste sentido solicitou um acompanhamento mais específico ao atendimento no que tange aos preceitos contidos na Constituição Federal, sobretudo ao verdadeiro estado de necessidade de cada usuário. Ela considerou que a demanda de assistência judiciária gratuita é elevada, todavia a instituição tem capacidade de atender de forma justa a população carente. Por fim, ressaltou que havia encontrado dificuldades no acesso ao atendimento da Defensoria Pública do Estado, diferentemente de quando foi atendida pela Defensoria Pública da União. Após, o Presidente, franqueou a palavra a Representante da Associação dos Servidores, Marina Oliveira dos Santos. Ela manifestou sobre a apresentação do parecer da Ouvidoria-Geral nos autos do processo CSDP nº 542/16, e lamentou que o parecer protocolado pela Associação dos Servidores no Colegiado sequer havia sido considerado no voto apresentado, em sessão anterior, pela Segunda Subdefensoria-Geral e, neste sentido entendeu que a Administração Superior segue por um caminho contrário a qualquer proposta de diálogo, sobretudo quanto a condição do Assessoria Técnica Psicossocial. Por fim, defendeu a suspensão do processo de forma a promover audiências públicas, envolvendo todas as carreiras conjuntamente com a Sociedade Civil. Após o Presidente prestou os seguintes esclarecimentos: a) sobre a fala de Mauricio Marinho Iwai, informou que o processo CSDP nº 542/16 estava na pauta para discussão, convidando-o a participar dos debates. b) sobre a fala Maria Helena Alvim, esclareceu que havia, dentro do Conselho Superior um processo em análise que busca promover alterações na deliberação, que prevê novos critérios de atendimento prestado pela Defensoria Pública. Após, passou para a manifestação dos Conselheiros sobre assuntos diversos. O Conselheiro Pedro Avellar relatou um episódio envolvendo uma usuária, criança, da Unidade de Araçatuba, com paralisia cerebral e com condições limitadas de locomoção e desenvolvimento, que se comprovavam por 07 (sete) Classificação Internacional de Doenças (CID), e que há 03 (três) anos, vem buscando conseguir acesso a medicação e insumos para viabilizar mínima qualidade de sobrevivência. Relatou que teve a notícia de que, há mais de um ano, a usuária não vinha recebendo parte dos medicamentos e dos insumos, principalmente, seringas descartáveis para a alimentação. Neste sentido, entrou em contato com a mãe da assistida para apurar como ela estaria se adaptando ou ainda, mantendo a filha com a falta de seringas. Informou que a mãe vinha reaproveitando as seringas descartáveis que ainda mantinha, desde a última entrega de insumos proporcionadas pelo Município. Ressaltou que o exemplo que havia citado correspondia a apenas um de tantos casos vividos e enfrentados dentro da Defensoria, e mostrou a necessidade da percepção da realidade vivenciada por cada Unidade para saber exatamente ao que se critica. Por fim, pontou que sequer existe qualquer comparação entre a Defensoria Estadual e Federal. O Ouvidor-Geral, Alderon Costa acompanhou a fala do Conselheiro Pedro Avellar e o cumprimentou pelo humanismo com os assistidos pela Defensoria Pública. Relatou o depoimento de uma usuária que havia criticado a burocratização do atendimento, e neste sentido interpretou que a fala trazida pela inscrita Maria Helena se embasou apenas no sentido de desburocratização do atendimento inicial. Afirmou que a população reconhece a instituição a ponto de elogiá-la, citando o Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos, que prestava atendimento à população de rua na Praça da Sé, e narrou que os assistidos agradeceram a presença da instituição no local. Por fim, compartilhou que, na última terça-feira, havia participado de uma roda de discussões sobre justiça restaurativa, tendo a participação do Padre Valdir João Silveira, da Antropóloga mexicana Carolina Gonzales, e da Conselheira Consultiva da Defensoria, Marina Dias. Apontou que, na próxima segunda-feira, às 18h, no prédio da Rua Boa Vista, havia sido agendada a primeira reunião de monitoramento do V Ciclo de Conferências, sendo realizada por videoconferência e, neste sentido, solicitou a participação dos Coordenadores e dos Subouvidores, e estendeu o convite aos delegados regionais para este processo de discussão. O Conselheiro Horácio Xavier comentou sobre a fala no momento aberto, do Representante do Conselho Regional de Psicologia sobre o direito de hierarquia dentro do serviço público. Pontuou que a base administrativa dentro do serviço público pressupõe uma relação vertical e que a construção dos diálogos se fazia de

forma horizontal. Considerou que ouvir nem sempre poderia significar anuência ao que se foi citado, e que sempre deveria existir o respeito às posições e opiniões divergentes. Solicitou que Administração Superior promovesse um levantamento das condições das salas de apoio ocupadas pela Defensoria Pública dentro dos fóruns, citando que o atendimento no fórum de Caraguatatuba e Rio Claro se encontravam em situações preocupantes e até insalubres tanto para Defensores, Servidores e estagiários como até mesmo aos usuários. Comentou que, além do Banco Central do Brasil (Bacen), a instituição tinha outros convênios com outros sistemas para a verificação da renda dos usuários, e citou o Sistema de Informações ao Judiciário (Infojud), que possibilita o levantamento de bens e evita a protelação da denegação. O Conselheiro Florisvaldo Júnior manifestou que a situação estrutural das salas de apoio dentro dos fóruns muitas vezes se estende ao prédio todo e não somente aos espaços de apoio da Defensoria. Adiantou que a administração vem articulando junto ao Tribunal de Justiça do Estado alternativas possíveis para melhoria desses locais. Noticiou que a Unidade de Rio Claro havia se estruturado para dar início ao atendimento de triagem, sendo realizado três vezes por semana, a partir de março. Aponou que a situação de Caraguatatuba com a nova sede melhorou significativamente, pois todos as pessoas que por lá passam desfrutam de uma estrutura de trabalho digna. Compartilhou que, nesta semana, esteve em reunião de trabalho para discutir as atribuições específicas, relatando ser o segundo encontro, oportunidade que contou com a presença dos Conselheiros Júlio Tanone e Leandro de Col Loss, além do Assistente da 1ª Subdefensora Geral, Willian Braga e a 2ª Subdefensora Geral, Fabiana Zapata, apontando que haviam se prontificado a apresentar ao Colegiado duas atas sobre as discussões. O Conselheiro Luiz Eduardo acompanhou a fala do Conselheiro Horácio Xavier, no que tange a gravidade de estrutura em que se encontram as salas de apoio da instituição dentro dos fóruns, o que gerava vulnerabilidade do Defensor no atendimento ao assistido, além da falta de credibilidade no sistema. Exemplificou que até mesmo dentro do prédio em que o Conselho Superior se reunia havia a interrupção de sinal da internet durante a sessão. Afirmou que a falta de estrutura é um problema que também afeta aos usuários, que já sofrem violação de seus direitos no seu dia a dia, inclusive ao adentrar a Defensoria, pois se deparavam com uma situação ruim. Mencionou que as audiências de custodias haviam sido implantadas pela gestão anterior num modelo viciado de gratificações, e equiparou os ganhos do promotor, do juiz e até mesmo de um advogado dativo, que seriam maiores do que a gratificação recebida pelos Defensores Públicos pela mesma atividade desenvolvida. Defendeu a participação de Defensores Públicos nas audiências de custódia pela importância da atividade, mas que é necessária uma equiparação na remuneração. Ressaltou que a carreira completa quase 04 (quatro) anos sem reajuste remuneratório, mantendo a carreira com a pior remuneração diante das demais carreiras jurídicas, e que cada dia aumentava a atuação da Defensoria em cidades, que anteriormente sequer era atendida. Por fim pontuou que os pleitos por melhor condição de trabalho e reajuste salarial não se tratavam de temas exclusivamente corporativos e que o sucateamento da estrutura tem causado a evasão a carreira e que há falta de razoabilidade entre os espaços utilizados pelos órgãos dentro de um mesmo lugar. Por fim, pediu para que se valorizasse a carreira e que o usuário pudesse ter um bom atendimento. O Representante da Apadep, Marco Chibebe justificou a ausência do Presidente Leonardo Scofano por estar em gozo de férias. Comunicou a atuação conjunta, quanto aos pleitos coordenados, pelas quatro associações que representavam as carreiras jurídicas, e agradeceu a participação do Defensor-Geral nas reuniões. Acompanhou a fala do Conselheiro Luiz Eduardo no que tange falta de reajuste e/ou reposição salarial ressaltando que tal como Juízes e Promotores, e acrescentou que os Defensores careciam de uma remuneração compatível com a sua responsabilidade. Esclareceu que os documentos exigidos no atendimento inicial se dão pela responsabilidade atribuída ao Defensor em adentrar um processo diante de um juiz apenas usuários em real situação de vulnerabilidade. O Conselheiro Julio Cesar retomou sobre a fala do momento aberto da usuária Maria Helena, e citou o regramento da Constituição Federal sendo: "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos". Por fim, reforçou que a comprovação da condição de necessidade e a burocracia faziam parte do processo de atendimento. O Conselheiro Alexandre Orsi relatou a existência de um protocolo feito pela Apadep acerca do pedido de reconhecimento do período em que os Defensores que ocupavam a coordenação ou cargos de confiança seria implementados o acréscimo de 1/10 aos vencimentos a cada ano em exercício, nesse sentido, pediu esclarecimentos

pela Administração Superior sobre o andamento das tratativas. Após o Presidente prestou os seguintes esclarecimentos, os quais sejam: a) sobre a fala do Ouvidor-Geral, o Presidente esclareceu que o uso do sistema do Banco Central do Brasil (Bacen) era para evitar o deslocamento dos usuários, mas somente com a autorização do mesmo, e reconheceu que o ideal seria desburocratizar todo o sistema potencializando ao máximo o acesso as informações. Informou que o pedido de gratuidade poderia vir a ser indeferido por um juiz mediante a análise de documentos encartados nos autos, e que o intuito da instituição seria a simplificação do atendimento e evitar possíveis denegações, após o atendimento inicial; b) sobre fala do Conselheiro Alexandre Orsi, se prontificou a apurar juntamente com a Assessoria Jurídica sobre o andamento deste pedido; c) sobre as falas direcionadas à Administração Superior, comentou que as críticas trazidas tanto no momento aberto, quanto pelos Conselheiros estavam tomando espaço dentro do Conselho Superior, e neste sentido destacou que, mesmo diante de discordâncias e incômodos gerados por uma crítica, ela poderia ser fundamenta corretamente, mesmo que por detrás de sua intenção tenha outro viés. Reconheceu a falta de estrutura nas salas de apoio dentro dos fóruns, e acrescentou que instituição ainda é nova diante do secular período que envolve as demais instituições e, neste sentido, lembrou do crescimento da Defensoria Pública mesmo em tampouco tempo de sua carreira. Pontou que tem buscado por ajustes remuneratórios as carreiras, todavia a jovialidade e a menor visibilidade política, em comparação com outras carreiras, dependia da demonstração efetiva do trabalho realizado. Neste sentido ressaltou que a medida que a Defensoria se apequenar, seguiria para o sepultamento da carreira o que impossibilitaria sua condição em se firmar diante dos demais órgãos, e reiterou que a valorização se alcança com dedicação e articulação, visando mostrar a importância e essencialidade da Defensoria Pública. Compreendeu as críticas advindas do Conselho, sobretudo as do Conselheiro Luiz Eduardo, por ora mais enfáticas, e sugeriu sua candidatura ao cargo de Defensor Público-Geral no intuito de se colocar diante de um desafio maior, de forma que suas manifestações pudessem sair do campo da reivindicação e adentrassem no âmbito da gestão política e prática da instituição. Consigna-se que o Conselheiro Luiz Eduardo pediu um aparte, o qual foi concedido. O Conselheiro Luiz Eduardo ressaltou que sequer havia se candidatado ao cargo de Defensor-Geral, por não ser esse seu ensejo em sua carreira como Defensor Público, mas reafirmou suas palavras proferidas. Lembrou que, na época de campanha o Defensor-Geral havia se comprometido a dialogar sobre qualquer tomada de decisões, o que deixava a desejar até o momento. Por fim, declarou se sentir frustrado, diante das dificuldades enfrentadas pela carreira em que fazia parte. O Presidente retomou a fala, reafirmando que as críticas precisavam ser absorvidas, e ponderou que as melhorias se davam pelo esforço mutuo, sendo pela Administração Superior, do Conselho Superior e a todos os demais envolvidos. Em seguida, pediram aparte os Conselheiros Alexandre Orsi, Octavio Ginez e Horácio Xavier sobre o tema, o qual o Presidente concedeu. O Conselheiro Alexandre Orsi fez um aparte, citando que sempre aceitou as críticas que recebia, todavia discordou da devolutiva do Defensor-Geral, pois entendia que desmerecia a crítica feita pelo Conselheiro Luiz Eduardo, mantendo um posicionamento firme inclusive em gestões anteriores. O Conselheiro Octavio Ginez discordou da fala proferida pela Defensor-Geral, sobretudo em afirmar que a Defensoria estaria de apequenando, justificando que a falta de estrutura deixava os Defensores de mãos atadas. O Conselheiro Horácio Xavier lembrou que, diante de todo o diálogo, deveria se manter o respeito no que tange as discordâncias, pois fazia parte da democracia e, neste sentido solicitou à Presidência cautela quanto as críticas trazida neste colegiado, pois tornava uma manifestação política causando resistências imediatas. Com relação a fala do Conselheiro Alexandre Orsi, o Presidente afirmou que, de forma alguma, havia desmerecido a crítica advinda do Conselheiro Luiz Eduardo, e insistiu que as críticas se tornariam mais relevantes, quando houvesse empatia, gerando assim um resultado positivo e concreto. O Conselheiro Leandro Loss manifestou sua preocupação ao que o havia sido relatado pelo Defensor-Geral no curso de formação de ingresso de Defensores Públicos, pois taxava o Conselho Superior como órgão corporativista e, neste sentido indagou se a discussão havia sido assumida com viés corporativista. O Presidente esclareceu que no curso de formação de Defensores Públicos, houve uma fala em que disse que o Conselho Superior utilizava o tempo com debates, e que a pauta corporativa era muito importante, ressaltando a impossibilidade de dominar todas as discussões. Após, o Presidente encaminhou para deliberação a antecipação da 505ª sessão ordinária, a ser realizada no dia 24 de fevereiro,

próxima sexta-feira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, antecipar a sessão ordinária, a ser realizada no dia 23 de fevereiro de 2017. Após, passou-se à ordem do dia. O Presidente encaminhou as propostas de exceção e inversão da ordem do dia, sendo aprovada da seguinte forma: CSDP nº 365/17 (Excetuado a pauta). Interessado/a: Bruno Bortolucci Baghim. Assunto: Pedido de afastamento para participação no curso de mestrado, no período de 17 de fevereiro a 04 de agosto de 2017. Relator: Conselheiro Leandro de Col Loss. O relator leu o relatório informando que houve a necessidade de cumprimento de diligência para complementação de informações, e proferiu o voto no sentido de aprovar o afastamento pleiteado, conforme previsão em normativa vigente. O Presidente encaminhou para discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o afastamento parcial do interessado, no período de 17 de fevereiro a 04 de agosto de 2017, condicionado a apresentação de relatório trimestral, nos termos do artigo 9º da Deliberação CSDP nº 321, de 22 de outubro de 2015. CSDP nº 137/17 (Excetuado a pauta). Interessado/a: Thiago Soares Piccolotto. Assunto: Impugnação de todos os editais do concurso de promoção na carreira de Defensor Público do Estado. Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori de Oliveira. A relatora leu o relatório e proferiu o voto no sentido de indeferir a presente impugnação ao edital do concurso de promoção de todos os níveis. O Presidente encaminhou para discussão. O Conselheiro Luiz Eduardo pediu vista dos autos. O Conselheiro Alexandre Orsi solicitou a diligência pela Secretaria do Conselho Superior cópia de todos os anos do edital do nível I. O Conselheiro Luiz Eduardo complementou a diligência para que o Departamento de Recursos Humanos preste informações sobre a quantidade de Defensores que ocuparam o nível I, na data do edital, em todos os anos. Após as discussões, o Presidente encaminhou para deliberação. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, converter o julgamento do processo em diligência, a fim de colher a manifestação do Departamento de Recursos Humanos e da Secretaria do Conselho Superior. Vista concedida ao Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. CSDP nº 541/16 (Excetuado a pauta). Interessado/a: Nadia Taffarello Soares. Assunto: Pedido de afastamento para exercer a cargo de Secretária de Assistência e Desenvolvimento Social do Município de Jundiá. Relator: Conselheiro Octavio Ginez de Almeida Bueno. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de acolher as documentações apresentadas pela interessada, ratificando o voto anteriormente proferido pelo deferimento do afastamento da interessada. O Presidente encaminhou para discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU por unanimidade, nos termos do voto do relator, após o cumprimento da diligência, ratificar o afastamento da interessada. CSDP nº 197/17 (Excetuado a pauta). Interessadas: Danielle Mitie Kita e Gabriele Estabile Bezerra. Assunto: Remoção por permuta (29ª DP da Macrorregião 1 e 39ª DP da Macrorregião 1). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. A relatora leu o relatório e proferiu o voto no sentido de não conhecer o pedido das interessadas, seguindo o precedente existente, e encaminhar ao órgão competente para análise. O Presidente encaminhou para discussão. O Conselheiro Alexandre Orsi discordou da relatora, e encaminhou para que o pedido fosse conhecido, e efetivar a permuta entre as interessadas. O Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por maioria de votos, nos termos da sugestão do Conselheiro Alexandre Orsi. O Conselho Superior DELIBEROU, por maioria de votos, nos termos do voto do Conselheiro Alexandre Orsi Netto, aprovar a remoção por permuta entre as Defensoras Públicas Danielle Mitie Kita e Gabriele Estabile Bezerra. Vencidos os Conselheiros Fabiana Botelho Zapata, Julio Cesar Tanone, Florisvaldo Antonio Fiorentino Junior e Pedro Antônio de Avellar, que votavam pelo não conhecimento do pedido. CSDP nº 343/17 (Excetuado a pauta). Interessado/a: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Proposta de abertura de inscrições para membros e/ou colaboradores dos Núcleos Especializados. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de abrir prazo de inscrições, após certificação pela Secretaria do Conselho Superior. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, abrir prazo para inscrições, nos termos do comunicado a seguir publicado. COMUNICADO. Ficam abertas, entre os dias 20/02/2017 a 24/02/2017, as inscrições para preenchimento de 02 (duas) vagas em aberto para integrantes do

Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo, e mais as que se abrirem durante o período de deliberação dos autos. Os interessados deverão protocolizar seus requerimentos, acompanhados de currículo, até 17h do último dia do prazo, na Secretaria do Conselho Superior ou por mensagem eletrônica enviada ao endereço [conselho@defensoria.sp.def.br](mailto:conselho@defensoria.sp.def.br), mediante aviso de remessa e recebimento, não sendo admitidas inscrições de Defensores Públicos que já integrem outro Núcleo Especializado da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, quer como membro, quer como colaborador. O processo de seleção dar-se-á na sessão ordinária do Conselho Superior a se realizar em 03 de março de 2017. CSDP nº 011/17. Interessado/a: Primeira Subdefensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Proposta de abertura de Concurso Estadual de Estagiário de Direito para o exercício de 2017. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de acolher a manifestação do Departamento de Recursos Humanos, solicitando a retificação da lista de estagiários. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, retificar a lista final do certame, relativo ao mês de janeiro de 2017, a ser publicada oportunamente. CSDP nº 107/17. Interessado/a: Terceira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 143/09 (que fixa as atribuições dos Defensores Públicos na instituição). Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar a proposta apresentada pelo proponente. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar a proposta, nos termos da Deliberação CSDP nº 335, de 17 de fevereiro de 2017, a ser publicada oportunamente. CSDP nº 544/16. Interessado/a: Luciana Arbeli Bernardes. Assunto: Pedido de afastamento parcial para cursar pós-graduação, no período de março a junho de 2017. Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori de Oliveira. A relatora leu o relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar o afastamento da interessada, tendo em vista o cumprimento dos requisitos pela proponente. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o afastamento parcial da interessada, no período de 01 de março a 24 de maio de 2017, condicionado a apresentação de relatório trimestral, nos termos do artigo 9º da Deliberação CSDP nº 321, de 22 de outubro de 2015. CSDP nº 545/16. Interessado/a: Coordenadora do Núcleo Especializado de Direito do Idoso e da Pessoa com Deficiência. Assunto: Proposta de abertura de inscrições para membros e/ou colaboradores dos Núcleos Especializados. Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar a indicação dos únicos inscritos. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, indicar os/as Defensores/as Públicos/as Samanta Romano Tresinari Grangeiro e Rodrigo Gruppi Carlos Costa, para compor o Núcleo Especializado de Direito do Idoso e da Pessoa com Deficiência. CGDP CAEP nº 103/14. Interessado/a: Vinicius Conceição Silva Silva. Assunto: Defensor/a Público/a em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar o relatório apresentado pela Corregedoria Geral. O Presidente encaminhou para discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o 5º relatório semestral, e encaminhar à Defensoria Pública-Geral para expedição do ato homologatório de confirmação do interessado na carreira de Defensor Público do Estado. CGDP CAEP nº 003/14. Interessado/a: Gisele Souto Durante. Assunto: Defensor/a Público/a em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar o relatório apresentado pela Corregedoria Geral. O Presidente encaminhou para discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o 5º relatório semestral, e encaminhar à Defensoria Pública-Geral para expedição do ato homologatório de confirmação do interessado na carreira de Defensor Público do Estado. CSDP nº 542/16. Interessado/a: Fabricio Pereira Quintanilha e Félix Roberto Damas Junior. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 187/10 (que disciplina a estrutura e

funcionamento dos Centros de Atendimento Multidisciplinar). Relator: Conselheiro Pedro Antônio de Avellar. O Ouvidor Alderon Pereira da Costa leu o parecer no sentido de reconhecer incompetência do Conselho Superior para dispor sobre o tema debatido, arquivando este processo. Além disso, em reconhecimento aos trabalhos desenvolvidos pela assessoria, sugerimos ao DPG, competente para as modificações de suas assessorias, que mantenha de fato a sua estrutura nos moldes das atuais assessorias criminal, cível e infracional - e que ao modificá-la, o faça mediante ampla participação. Complementou que, caso este Conselho se entenda competente para a modificação, que seja suspensa a tramitação até que se realizem procedimentos que assegurem ampla participação social, como Consulta Pública e Audiência Pública, e que todos que de alguma forma se manifestaram neste processo sejam convidados a participar, dando ampla divulgação à discussão. O Presidente encaminhou para discussão. O Conselheiro Leandro Loss pediu vista dos autos. O Presidente informou que, nesta oportunidade, seria dada vista coletiva, em razão do esgotamento de vistas individuais, permanecendo os autos custodiados na Secretaria do Conselho Superior. Após as discussões, o Presidente declarou a concessão da vista coletiva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, conceder vista coletiva. Consigna-se que a sessão foi encerrada às 13h58min, sendo prorrogado os demais processos na ordem do dia, os quais sejam: CSDP nº 1129/09. Interessado/a: Corregedor-Geral. Assunto: Proposta de rotina à carreira, nos termos do artigo 31, inciso XX, da Lei Complementar Estadual nº 988/06. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 1172/09. Interessado/a: Segundo Subdefensor Público-Geral. Assunto: Proposta de Edição de Código de Ética. Relator: Conselheiro Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 135/11. Interessado/a: Segunda e Terceira Subdefensoria Públicas Gerais. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 143/09 (que fixa as atribuições dos Defensores Públicos). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 280/11. Interessado/a: Coordenadora da Regional de São Carlos. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 132/09, que regulamenta a criação das regionais do interior, capital e região metropolitana. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 355/13. Interessado/a: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Proposta de deliberação, que cria a função de Coordenador/a de Habitação, Urbanismo e questões agrárias, fixando suas rotinas administrativas. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 113/14. Interessado/a: Coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Proposta de deliberação que determine a observação, nos documentos, atos normativos e solenidades no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo à flexão de gênero. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 185/14. Interessado/a: Corregedoria-Geral. Assunto: Proposta de Deliberação para regulamentação da nova sistemática de arquivamento das sindicâncias realizadas pela Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 221/14. Interessado/a: Lucas Pampana Basoli, Bruno Bortolucci Baghim e Cesar Augusto Luiz Leonardo. Assunto: Proposta de deliberação visando regulamentar a aplicação do artigo 37, inciso XI da Constituição Federal no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 231/14. Interessado/a: Corregedoria Geral da Defensoria Pública do Estado. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 102/08. (que regulamenta a realização de atividades docentes e discentes por Defensor Público durante a jornada de trabalho). Relator: Conselheiro Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 251/14. Interessado/a: Vinicius da Paz Leite. Assunto: Proposta de deliberação

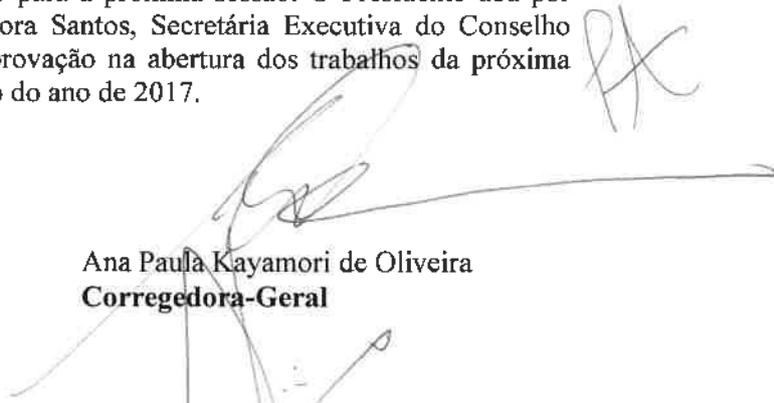
para disciplinar o estágio e o serviço voluntário no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 275/14. Interessado/a: Alexandre Orsi Netto, Luiz Eduardo de Toledo Coelho e Horácio Xavier Franco Neto. Assunto: Proposta de deliberação para regulamentação da organização da prática social no âmbito interno da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Leandro de Col Loss. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 295/14. Interessado/a: Coordenadora do Núcleo Especializado da Infância e Juventude. Assunto: Proposta de criação da função de Coordenador Regional da Infância e Juventude e a fixação de suas atribuições administrativas. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 313/14. Interessado/a: Bruno Ricardo Miragaia Souza. Assunto: Proposta de deliberação para instituir o sistema de registro e gestão dos procedimentos administrativos de tutela coletiva. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 327/14. Interessado/a: APADEP. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 253/12 (que trata da possibilidade de compensação de dias trabalhados no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 331/14. Interessado/a: Centro de Atendimento Multidisciplinar da Unidade Vila Mimosa e a Associação de Promotoras Legais Populares Cida da Terra. Assunto: Proposta de deliberação que visa à transmissão por sistema de videoconferência para todas as Unidades da Defensoria Pública no momento aberto das sessões do Conselho Superior. Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 336/14. Interessado/a: APADEP. Assunto: Proposta de deliberação visando regulamentar a concessão de ajuda de custo para moradia aos membros da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 346/14. Interessado/a: Bruno Haddad Galvão. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 165/10 (que disciplina a concessão do auxílio-transporte e auxílio-alimentação aos servidores da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 173/15. Interessado/a: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Apresentação do resultado dos trabalhos desenvolvido pela Comissão responsável pela proposição de alterações legislativas decorrentes da promulgação da Emenda Constitucional nº 80/14. Relator: Conselheiro Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 214/15. Interessado/a: Horácio Xavier Franco Neto. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 026/08 (que regulamenta o estágio de Direito na Defensoria Pública, relativo à duração do estágio). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 496/15. Interessado/a: Coordenador do Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (janeiro a junho de 2014). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 518/15. Interessado/a: Carolina Dalla Valle Bedicks. Assunto: Pedido de afastamento para participação em Curso de mestrado no exterior, no período de agosto de 2015 a junho de 2016. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 521/15. Interessado/a: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 111/09 (que institui o Regimento Interno dos Servidores Públicos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 524/15. Interessado/a: Comissão de monitoramento da atividade de atendimento às pessoas presas provisoriamente. Assunto: Relatório semestral de atividades da

Comissão (agosto de 2014 a abril de 2015). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 563/15. Interessado/a: Apadep. Assunto: Pedido de liminar de suspensão de efeitos contra a recomendação da Corregedoria Geral nº 29, de 14 de julho de 2015. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 603/15. Interessado/a: Terceira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 01/06 (que dispõe sobre o Regimento Interno do Conselho Superior). Relator: Conselheiro Octavio Ginez de Almeida Bueno. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 625/15. Interessado/a: Coordenação da Comissão de Estudos Interdisciplinares. Assunto: Resultado dos trabalhos desenvolvidos pela comissão, nos termos do artigo 10 da Deliberação CSDP nº 187/10 (que disciplina a estrutura e funcionamento dos Centros de Atendimento Multidisciplinar). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 004/16. Interessado/a: Pedro Antônio de Avellar. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 157/10 (que disciplina o processo de elaboração da lista triplíce de candidatos ao cargo de Ouvidor-Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 108/16. Interessado/a: Luiz Felipe Azevedo Fagundes. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 253/12 (que disciplina a possibilidade de compensação de dias trabalhados no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 242/16. Interessado/a: Carolina Gomes Duarte. Assunto: Pedido de afastamento para cursar disciplinas de mestrado, no período de março a junho de 2016. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 245/16. Interessado/a: Felix Roberto Damas Junior, Lucas Pampana Basoli e Cesar Augusto Luiz Leonardo. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 10/06 (que estabelece regras para a realização do concurso de ingresso na Carreira de Defensor Público). Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 256/16. Interessado/a: Coordenadora do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2015 a janeiro de 2016). Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 257/16. Interessado/a: Primeira Subdefensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Proposta de deliberação, visando regulamentar a atividade de educação em direitos na Defensoria Pública do Estado. Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 258/16. Interessado/a: Primeira Subdefensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Proposta de substitutivo de projeto de lei, que fixa o subsídio mensal dos Defensores Públicos, altera a Lei Complementar nº 1.050/08, fixa data-base para fins de revisão dos vencimentos e proventos do seu quadro de servidores, possibilita a instituição de funções de confiança e dá outras providências. Relator: Conselheiro Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 261/16. Interessado/a: Pedro Antônio de Avellar. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 01/06 (que trata do regimento interno do Conselho Superior). Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 263/16. Interessado/a: Luis Guilherme Pereira Delledono e Maria Cecilia Remoli de Souza Lopes. Assunto: Remoção por permuta (07ª DP e 13ª DP da Unidade Bauru). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 404/16. Interessado/a: Corregedora-Geral e Coordenador Auxiliar da Coordenadoria Geral de Administração. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 026/06 (que regulamenta

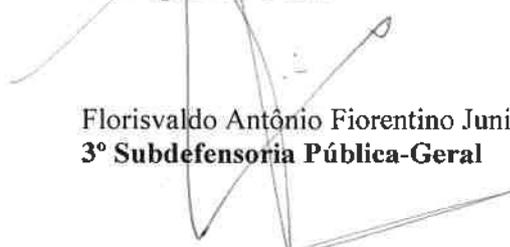
o estágio de Direito na Defensoria Pública do Estado e dá outras providências). Relator: Conselheiro Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 415/16. Interessado/a: Coordenador Auxiliar da Unidade São Miguel Paulista. Assunto: Recurso administrativo em conflito negativo de atribuições em face do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Relator: Conselheiro Leandro de Col Loss. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 420/16. Interessado/a: Defensoria Pública Geral do Estado. Assunto: Proposta de abertura de inscrições para Coordenadores, membros e/ou colaboradores dos Núcleos Especializados. Relator: Conselheiro Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 423/16. Interessado/a: Daniely Maria Vaiano Glens. Assunto: Pedido de afastamento para participação no curso de mestrado no exterior, no período de 30 de agosto de 2016 a 03 de março de 2017. Relator: Conselheiro Julio Cesar Tanone. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 433/16. Interessado/a: Fabrício Pereira Quintanilha. Assunto: Pedido de providências com relação ao serviço de automação da justiça (SAJ), na modalidade plataforma virtual E-SAJ. Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 443/16. Interessado/a: Coordenador Auxiliar da Unidade São Miguel Paulista. Assunto: Recurso administrativo em conflito de atribuições suscitado pela Unidade Plantão Cível, Regional Central da Capital. Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 445/16. Interessado/a: Marcos Antonio Barbieri Gonçalves. Assunto: Pedido de afastamento para participação no curso de doutorado "Psicologia como profissão e ciência", no período de 04 anos. Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 460/16. Interessado/a: Juliana Saad e Marcia Regina Garutti. Assunto: Remoção por permuta (5ª DP da Unidade Varas Singulares e 03ª DP da Unidade Varas Singulares). Relator: Conselheiro Pedro Antônio de Avellar. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 463/16. Interessado/a: Coordenadora do Núcleo Especializado da Infância e Juventude. Assunto: Proposta de deliberação, que regulamenta a visita dos Defensores Públicos que atuam na área da Infância e Juventude às unidades da Fundação Casa. Relator: Conselheiro Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 468/16. Interessado/a: Coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Relatório final das atividades da função de Coordenadora do Núcleo Especializado. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 475/16. Interessado/a: Dario Augusto Arantes. Assunto: Proposta de deliberação para regulamentação de trabalho em casa - projeto home office. Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 481/16. Interessado/a: Coordenador do Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (fevereiro a julho de 2016). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 501/16. Interessado/a: Renato Campos Pinto De Vitto. Assunto: Pedido de afastamento para exercer o cargo de Chefe de Gabinete da Presidência no Conselho Nacional de Justiça. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 503/16. Interessado/a: Alessandro Izzo Coria e Eduardo Belmudes. Assunto: Proposta de deliberação, que define normas gerais de criação, transferência, extinção e remoção de órgão de atuação, bem como de Defensorias Regionais. Relator: Conselheiro Pedro Antônio de Avellar. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 519/16. Interessado/a: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Plano de Atuação da Defensoria

Pública do Estado para o exercício de 2016 / 2017. Relator: Conselheiro Leandro de Col Loss. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 529/16. Interessado/a: Presidente da Comissão de Prerrogativas. Assunto: Relatório semestral de atividades da Comissão de Prerrogativas (abril a setembro de 2016). Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 533/16. Interessado/a: Coordenadora do Núcleo Especializado de Combate a Discriminação, Racismo e Preconceito. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2015 a julho de 2016). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 534/16. Interessado/a: Coordenadora do Núcleo Especializado de Combate a Discriminação, Racismo e Preconceito. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2014 a julho de 2015). Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 538/16. Interessado/a: Julia Almeida Baranski. Assunto: Pedido de revogação de ato normativo do presidente da banca examinadora do VII Concurso de ingresso na carreira de Defensor Público. Relator: Conselheiro Julio Cesar Tanone. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 007/17. Interessado/a: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação 163/10 (que dispõe sobre compensação pela atuação dos Servidores da Defensoria Pública em atividades profissionais aos sábados, domingos e feriados). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 012/17. Interessado/a: Mario Henrique Ditticio. Assunto: Pedido de afastamento para exercer o cargo de Assessor de Ministro do Supremo Tribunal Federal. Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 025/17. Interessado/a: Clarissa Christianne Rodrigues Souza. Assunto: Pedido de afastamento para participação no curso de mestrado do programa de pós-graduação, no período de 24 meses. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. O Presidente deu por encerrada a sessão às 13h58min. Eu, Paula Hora Santos, Secretária Executiva do Conselho Superior, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo aos dezessete dias de fevereiro do ano de 2017.

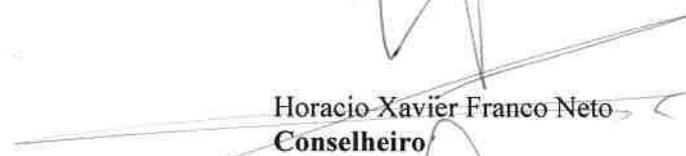
  
Davi Eduardo Depinpe Filho  
Presidente

  
Ana Paula Kayamori de Oliveira  
Corregedora-Geral

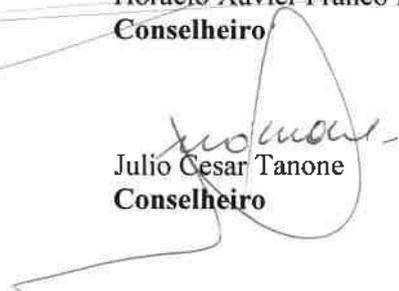
  
Fabiana Botelho Zapata  
2ª Subdefensoria Pública-Geral

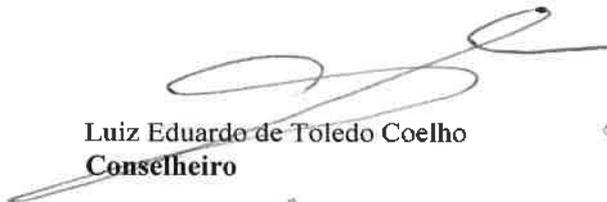
  
Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior  
3ª Subdefensoria Pública-Geral

  
Alexandre Orsi Netto  
Conselheiro

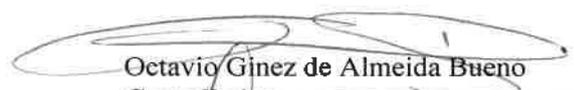
  
Horacio Xavier Franco Neto  
Conselheiro

  
Leandro de Col Loss  
Conselheiro

  
Julio Cesar Tanone  
Conselheiro



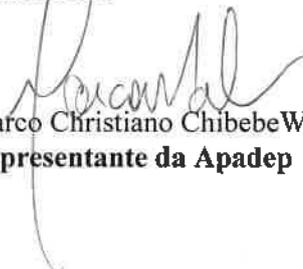
**Luiz Eduardo de Toledo Coelho**  
**Conselheiro**



**Octavio Ginez de Almeida Bueno**  
**Conselheiro**



**Pedro Antonio de Avellar**  
**Conselheiro**



**Marco Christiano Chibebe Waller**  
**Representante da Apadep**



**Aldefon Pereira da Costa**  
**Ouvidor-Geral**